

## **CICLO DE ENCONTROS:**

Alternativas Pedagógicas para uma Universidade Pluriepistêmica

*Khamai Guarino – UnB/DF*

*Sara Nogueira de Araújo UnB/DF*

**Palavras-chave:** pluriepistemia; ensino superior; ensino de antropologia.

### **A Socius**

Fundada em 1998, a empresa júnior de Ciências Sociais da Universidade de Brasília surgiu da iniciativa de um grupo de estudantes de graduação interessados em adquirir experiência profissional, para além da teoria, na área de pesquisa. Gerida voluntariamente por graduandas do curso, a Socius é um exemplo de projeto de extensão plenamente autônomo, feito por estudantes, para estudantes.

Sem fins econômicos, a missão que agrega mais de vinte alunas de diferentes habilitações nas Ciências Sociais parte de uma preocupação, na verdade, inteiramente educacional- a insuficiência da sala de aula para abordar as demandas práticas do trabalho de pesquisa e a pluriepistemia do mundo real.

Em 2023, fruto dessa frustração com um currículo majoritariamente não só teórico, mas também eurocêntrico, a Socius decidiu, horizontalmente, por dar início ao que se tornaria um de seus projetos mais importantes, ainda em progresso durante o ano de 2024. O Ciclo de Encontros, com o intuito de, depois, expandir-se para outras instâncias da Universidade, realizou no seu primeiro momento três eventos muito excepcionais à ordem comum e “normal” da Universidade de Brasília.

### **A Colonialidade da Universidade Brasileira**

A primeira Universidade do Brasil foi a Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Rio de Janeiro), criada em 1920 (SOUZA; MIRANDA; SOUZA, 2019). A estruturação do sistema universitário brasileiro, no entanto, deu-se muito depois, a partir da década de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1937, que seguem, até hoje, como referências no país.

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Nessa fase ainda experimental, nosso sistema inspirava-se (ou copiava por inteiro) naqueles de origem européia, com destaque para o alemão (ou, mais precisamente, prussiano), que instaurou hegemonia também em outros países latino-americanos e da América do Norte. O modelo em questão, conhecido também como "Universidade de Pesquisa", foi projetado por Wilhelm von Humboldt a partir de 1767. Nele, pesquisa, interdisciplinaridade e autonomia acadêmica são centrais, como não poderia ser diferente, tendo em vista o projeto político que o embasava: a educação superior voltada para a produção de conhecimento.

A essa primeira função social concebida para as universidades, apesar de toda sua importância histórica, há não só muitas, mas também inúmeras críticas. Dentre todas as supostas falhas da Universidade Humboldtiana, é possível destacar, entretanto, pelo menos cinco principais: eurocentrismo na forma de compactar os conhecimentos (prezando pela interdisciplinaridade em detrimento da transdisciplinaridade), desvalorização da educação profissional aliada a elitismo acadêmico, esquemas de trabalho docente beirando ao fordismo para publicação em periódicos e falta de integração academia-escola-sociedade.

Esses e tantos outros pontos motivam, sobretudo após a implementação das cotas raciais, um processo de reinvenção, ainda muito incipiente, contudo, das formas de conhecimento acadêmicas, visando sobretudo à confluência de saberes. Como trazer à luz, então, novas (e, é ao mesmo tempo, também velhas) perspectivas epistemológicas capazes de alcançar a pluralidade de experiências da sociedade brasileira, recém re-inseridas na Universidade?

Em "Encontros de Saberes, Descolonização e Transdisciplinaridade", Carvalho (2020), co-idealizador das cotas raciais na Universidade de Brasília, apresenta não só teorias, mas também iniciativas práticas, algumas das quais ainda em andamento, para descolonização do ensino superior brasileiro.

Para afirmar a colonialidade de nossos currículos, o autor demonstra que a maioria concentra-se de forma excessiva naquilo que irá chamar de "tronco eurocêntrico", com mais de 95% das aulas, disciplinas, métodos, pesquisas e projetos de extensão voltados para esse paradigma. Em resposta, propõe a re-inserção (ou a inserção pela primeira vez) de conhecimentos de outros troncos e mesmo, em menor medida, de conhecimentos europeus menos valorizados.

A esse primeiro conjunto de conhecimentos, historicamente excluídos, poderíamos dar nome de "saberes tradicionais", que incluem os troncos indígenas e Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

afro-brasileiros, ora sequer representados no currículos da educação superior, ora representados, mas traduzidos (e traídos) para os paradigmas eurocêtricos.

Na toada do projeto pedagógico proposto por Carvalho, este documento tenta apresentar a experiência da Socius, enquanto projeto de extensão, na aplicação de uma nova metodologia dentro desse universo de pesquisa-ação. O Ciclo de Encontros, descrito nas próximas páginas, pretende discutir, e incidir, embebido pelas contribuições de mestras, mestres e uma vasta rede de professores do ensino superior, em cima de reivindicações não só de um um corpo discente inquieto com a monoepistemia de nossa academia, mas também de demandas do próprio tempo histórico que vivemos.

### **Metodologia Base**

A principal referência para o Ciclo de Encontros, sem dúvida, é o Encontro de Saberes, programa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI)- idealizado, mais uma vez, pelo antropólogo José Jorge de Carvalho. Com o projeto, pretendia-se estreitar a distância entre aquilo que poderiam-se considerar, antes, limites e, com sorte, agora fronteiras (BISPO, 2023) entre dois mundos: o conhecimento eurocêntrico e os saberes tradicionais.

Para isso, desde 2010 lança mão do espaço de uma disciplina optativa, "Artes e Ofícios", ofertada pelo Departamento de Antropologia da UnB, para receber mestras e mestres de diferentes saberes tradicionais.

No caso da Socius, o espaço de uma disciplina, contudo, não seria possível e, por mais que tenha parecido, à primeira vista, como um dificultador, a longo prazo provou-se uma vantagem. Dentre os benefícios de aplicar essa metodologia a partir de um projeto de extensão plenamente autônomo por parte das graduandas, destacamos a liberdade para escolha de ambientes-sala, elemento crucial para a pedagogia que pretendíamos empregar.

Ao longo de três encontros, exploramos locais pouco frequentados por maioria das estudantes. Dois deles, nós chamamos de "espaços refúgios" por suas capacidades em acolher corporeidades, regimes de fala e modos de vida excepcionais à norma acadêmica: o Centro de Convivência Negra (CCN) e a Maloca, ambos encontrados no campus Darcy Ribeiro.

Neles, vimos surgir uma sala de aula para muito além daquelas brancas, com quatro paredes e duas janelas, dos grandes prédios da universidade. O espaço, em forma Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

de roda, convidou à horizontalidade e as mestras, que ocuparam o espaço de professoras, foram líderes, mas não chefes. Fruto disso, presenciou-se troca no processo de ensino-aprendizagem, como não se perceberia, tão afetiva, livre e desconstrangida, em nenhum outro momento da graduação dessas alunas, segundo seus próprios relatos.

Nas escrituras (EVARISTO, 2020) coletadas após os encontros, foi possível perceber, aliás, o cumprimento com um dos objetivos pedagógicos, ao nosso ver, mais cruciais da antropologia como educação: a transposição de populações minorizadas (como as indígenas e quilombolas, em nosso caso) de objeto de pesquisa para sujeito. Nesse processo, sabemos, que, apesar de muito mencionado em teoria, poucas vezes é posto em prática, com o convite a ouvir pacientemente.

O Ciclo de Encontros, dessa maneira, ainda que em fase experimental, tem o objetivo de expandir-se para outras instâncias não só do currículo de Ciências Sociais, em que a demanda por maior pluriepistemia é latente, mas também para aqueles cursos em que ela ainda não é, e deveria ser.

Para 2024, nossa intenção é organizar, ainda, pelo menos mais dois encontros: um que destaque as formas africanas, afro-brasileiras, indígenas e urbanas de gênero e sexualidade e outro que discuta as diferentes epistemologias do feminismo negro. Ao final, serão, portanto, quatro encontros abordando os cuidados metodológicos ao pesquisar com essas populações, modos colaborativos para construir agendas de pesquisa que respeitem seus interesses e estratégias para que elas acessem a universidade com dignidade, bem como para que pesquisem e escrevam sobre si mesmas.

Exploradas as particularidades das populações indígenas, quilombolas, LGBTIAP+ e mulheres negras, que, em nossa análise, foram, pelo menos para o primeiro momento, quatro das mais importantes, frente à pesquisa antropológica, tentaremos proceder para o diálogo com esses mesmos grupos, mas sob novos enfoques, ou com outros cujos saberes também tenham sido excluídos, naquilo que, mais finalmente, poderia-se chamar de epistemicídio (MBEMBE, 2016).

Para que atingíssemos os maiores resultados possíveis, no entanto, nem só a dinâmica presencial, viva e afetiva, a que demos preferência nos encontros, seria suficiente. Essa experiência deveria chegar ao restante do corpo acadêmico, nem que por caminhos, tradicionalmente, mais eurocêntricos. Em virtude disso, poderia-se dizer que, para além das fases de planejamento e aplicação, contamos com, pelo menos, outras três.

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

No estágio que seguiu à realização dos eventos, construímos, com auxílio da professora Layla Pedreira Carvalho, meios para avaliar o impacto do projeto tanto nas participantes quanto nas convidadas, inspirados pela metodologia, já mencionada, de Conceição Evaristo (2020). Coletados os relatos de experiência, a próxima etapa foi de divulgação, pública e acessível. Nesse passo, os conhecimentos da Socius com publicidade e design foram úteis para elaboração de materiais on-line, mas haveria, ainda, outro período de divulgação.

Na última fase, de que este documento é produto, procuramos levar e expandir, por meio de publicações em periódicos e apresentações em conferências, o projeto para outros cursos, universidades, instituições (como a escola), estados do país e, por que não, até mesmo outros países.

Esses e todos os outros processos da Socius têm a sorte, é importante destacar, de servir, ao mesmo tempo, tanto à comunidade externa, quanto à interna, capacitando-a na gestão de projetos, realização de eventos, construção de metodologias de análise, escrita acadêmica e submissão em editais, dentre outras habilidades desenvolvidas ao longo dessa caminhada. Para o ensino (e mesmo para pesquisa) em antropologia, ousaríamos afirmar, sem perder a humildade, que se trata de um dos projetos pedagógicos mais panorâmicos de que temos ciência, após considerável pesquisa no campo.

Depois de um ano e meio, é importante reconhecer que, sim, os resultados ainda são tímidos. Ainda mais importante, entretanto, é reconhecer, tratando-se de um projeto proposto, gerido e executado inteiramente por graduandas não-remuneradas, que o balanço até aqui, e somente até aqui, com seis convidadas, vinte cinco ouvintes e três encontros, é extremamente positivo rumo a uma universidade mais pluriepistêmica.

## **Referências**

CARVALHO, JJ de. **Encontro de saberes, descolonização e transdisciplinaridade**. Tugny RP, Gonçalves G, organizadores. Universidade popular e encontro de saberes. Salvador: EDUFBA, 2020.

EVARISTO, Conceição. **A escriturabilidade e seus subtextos**. *Escriturabilidade: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, v. 1, p. 26-46, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 32, 2016

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019.